

**HABEAS CORPUS Nº 638.439 - RS (2021/0000775-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : SERGIO FIGUEIRA CARVALHO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO FIGUEIRA CARVALHO - RS024414  
FERNANDO DE MORAES DE OLIVEIRA - RS104375  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : LUCIAN FERREIRA DE LIMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUCIAN FERREIRA DE LIMA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 5092619-53.2020.8.21.7000, manteve a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade, nos contornos do art. 310, inciso II, do CPP.

Consta dos autos a prisão em flagrante do custodiado, em 29/10/2020, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática do delito capitulado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a desarrazoada segregação processual do paciente, tecnicamente primário e mero usuário de drogas, além de encontrar-se despida: de fundamentação idônea; de efetivo embasamento empírico; e de justa causa material, tampouco tangenciada pela prática de crime violento ou com grave ameaça, não preenche - como *ultima ratio* - os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 310, inciso III; 312; 313, § 2º; 315; 395, inciso III; e 648, inciso I, todos do CPP, associados à dicção do art. 93, inciso IX, da CF/88.

Outrossim, assevera que a manutenção da prisão acautelatória do increpado está em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pela revogação da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória

incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, a teor dos parcos elementos de convicção coligidos ao presente *writ*, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente